

Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual

SCS Quadra 09 Lote C, Torre "B" – 9° Andar Edifício Parque Cidade Corporate - CEP: 70308-200 – Brasília/DF

REUNIÃO CNPC COLEGIADO SETORIAL DE ARTE DIGITAL

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 10 horas e 20 minutos, no anexo do Ministério da Cultura, situado no Setor Comercial Sul, da Quadra 9, lote C, no Edifício Parque da Cidade, Torre B, 9° andar, reuniram-se os senhores representantes da sociedade civil do Colegiado Setorial de Arte Digital: Gabriela Silveira Barbosa – RJ; Philipe Michel Silva Soares – RN; Márcia Regina Battistella – SC; Dercio Damasceno Santa Brigida – AP; Glauber Machado Santana – BA; Gisele Neves Riker – AM; Maria Stela Cabral – SP; Paulo Rômulo Gomes Ramos – AP; André de Jesus – RS, Anderson Clayton Passos (Hot Black) – SE e os representantes do poder público: Caio Coordenador-geral de Novas Mídias da Secretaria do Audiovisual (CGNM/SAv/MinC); Lina Rocha Fernandes Távora, Coordenadora das Políticas de Cultura Digital (CPCD/SAv/MinC); Patrízia Veloso Rodrigues, servidora da Secretaria do Audiovisual (CPCD/SAv/MinC); Juliana Nepomusceno Pinto, coordenadora de conferências nacionais da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI/MinC); Rosângela Sodré, servidora do Centro Técnico Audiovisual (CTAv/SAv/MinC) e; Suely Bálo, servidora do Centro Técnico Audiovisual (CTAv/SAv/MinC).

O senhor Caio Cesaro deu início aos trabalhos dando boas vindas e se apresentando como Coordenador do Colegiado de Arte Digital e propôs apresentação individual dos presentes e da estrutura da Secretaria do Audiovisual, destacando a importância de ouvir dos representantes da sociedade civil presente a opinião sobre a mudança da estrutura. Destacou que o audiovisual há muito tempo já é digital. A Coordenadora Suplente do Colegiado Lina Távora destacou que o objetivo principal do encontro era ouvir dos representantes do colegiado o histórico e suas demandas. A servidora Juliana Nepomuceno em sua apresentação destacou a fase de mudança que o Ministério da Cultura está passando e explicou como deveria ser conduzido o debate dos eixos temáticos para a IV Conferência Nacional da Cultura de 2017, que poderiam ser alterados, bem como acrescentados de subeixos, e que as propostas seriam encaminhadas posteriormente a debate no plenário. A representante Gabriela Silveira disse que o colegiado tinha pontos para serem debatidos e recomendações a serem acrescentadas na pauta da reunião. A senhora Marcia Battistella destacou a importância do fortalecimento do colegiado de Arte Digital e, agora junto ao audiovisual, devem caminhar juntos mas cada um com o seu espaço. Defendeu também a continuidade do debate e disse que, embora muitas pessoas acreditassem que os representantes do colegiado não devessem vir a este encontro, ela defendia ser importante para poder levar respostas ao seu estado, Santa Catarina. O senhor Glauber frisa que o Brasil em si está ficando pra trás no fomento na área de arte digital e o colegiado tem muito a propor na área. O representante Philipe Michel observou que há um desconhecimento por parte dos criativos sobre o CNPC como canal e disse que os profissionais VJs não são percebidos pelo Ministério da Cultura. O senhor Anderson Passos, conhecido como Hot Black, se manifestou dizendo que estava feliz pela coordenação do colegiado agora ser da Secretaria do Audiovisual, mas se disse preocupado em manter os avanços do colegiado. Destacou que a SAv já tem uma certa visibilidade e vê como um espaço importante para a área ganhar visibilidade e avançar, apesar das trocas de coordenação dentro do MinC. Defendeu a construção de um documento sólido. Em resposta, o senhor Caio Cesaro informou que o Secretário do Audiovisual, Alfredo Bertini, acredita na diferença entre a arte digital e o audiovisual e está ????

A representante Maria Stela destacou o trabalho dos pontos de cultura como ação importante para valorização da diversidade e disse se sentir um pouco assustada com as mudanças do cenário político e as mudanças de estrutura do Ministério. Criticou que o colegiado não teve acesso aos nomes dos membros do governo deste setorial, solicitando essa divulgação. Lembrou que houve um acordo, com base nas demandas, entre a antiga Secretaria de Políticas Culturais – SPC - e a Funarte e gostaria de saber como lidar com essas questões. Ademais, falou da dificuldade quando se fala de arte digital e levou o exemplo da abertura das Olimpíadas e Paralimpíadas ocorridas recentemente no Brasil como um bom exemplo de arte digital. Lembrou-se da meta 43 do Plano Nacional de Cultura, que prevê a criação de um Núcleo de Produção Digital (NPD) e um Laboratório de Arte, Tecnologia e Inovação (LATI) em cada uma das Unidades da Federação. Destacou que o setorial está sendo representado apenas por essa meta e focou nas atividades dos cinco laboratórios criados. O senhor Caio disse que a SAv tomou conhecimento dos cinco laboratórios a partir do recebimento do processo do Termo de Execução Descentralizada firmado entre a antiga SPC e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e que a SAv quer retomar esta pauta. Explica que o processo de compra dos equipamentos para os NPDs foi feito CTAv e esse processo deve ser revisto, dando, em princípio, a prioridade a institutos federais como forma de aproximação. Disse ainda que como os NPDs e os LATIs estão dentro da mesma meta do PNC (Meta 43) precisam ser aproximados e trabalhados juntos e, embora audiovisual e arte digital sejam áreas distintas, deve ser buscada a sinergia. Ainda sobre a Rede LATI, a senhora Maria Stela conta que o colegiado fez, por meio do MinC, um curso de um software específico e depois perderam o contato e o andamento do que aconteceu. O senhor Glauber complementou que tem um laboratório dentro da Universidade Federal da Bahia e nem ele como membro do colegiado tem acesso a ele. Disse que tem receio em focar esses projetos em universidades pelo fato delas não terem, em geral, disponibilizado o acesso aos equipamentos para a comunidade. Defendeu que parte desse projeto pode ter espaço em pontos de cultura por terem um impacto positivo para a comunidade, ressaltando que muitos dos pontos existentes têm estrutura, porém encontram-se ociosos. Senhor Caio Cesaro lembrou de algumas limitações legais para o repasse de recursos para entidades privadas, porém este é um desafio a ser enfrentado. A senhora Maria Stela falou da dificuldade com os projetos via emendas parlamentares, devido a burocracia do processo. O senhor Caio Cesaro comentou que a SAv vem criando iniciativas para melhorar os processos de convênios e emendas. Já nas parcerias com universidades, o processo é bem mais rápido, até por ser mais simples, dessa forma é preciso saber se esses problemas que estão sendo mencionados são contornáveis. Acrescentou que é importante ouvir, organizar as demandas, inclusive por causa das mudanças de gestão. Destacou o canal aberto com o colegiado tanto para dar informações quanto para receber cobranças e questionamentos. Frisou o papel do servidor público como responsável com vistas a deixar um legado para a sociedade e destacou a dificuldade de fechar o conceito sobre arte digital que pode estar presente em todas as linguagens artísticas. Maria Stela

acrescentou dizendo que quando os recursos são poucos os setores tentam se encaixar em outros para poder disputar por recursos. O senhor Philipe Michel falou sobre a complexidade do conceito, dizendo ser importante tentar se apropriar do que vem acontecendo. Sugeriu um levantamento sobre os conceitos utilizados tanto pelos profissionais quanto pelos criadores. O senhor Caio Cesaro falou que essas dificuldades se dão pela inexistência de uma base de dados dentro da cultura. Senhora Gabriela falou sobre os encaminhamentos passados quanto aos labs e a previsão de um fórum sobre o tema. Acrescentou que as metas voltadas para a educação não contemplam a arte digital, o que motivou a solicitação de participação no GT de Cultura e Educação, demanda contida no rol de recomendações passada. O senhor Anderson Clayton relatou sobre um NPD que funcionava muito bem em Aracaju e depois, por falta de interesse da atual gestão, se transformou em um laboratório dentro de um departamento na Secretaria de Cultura. Márcia complementou citando um caso vindo de Santa Catarina, de que equipamentos recebidos por laboratórios não estão sendo aproveitados. Maria Stela lembrou que um fator que dificulta é o orçamento porque o espaço precisa de manutenção para os projetos serem continuados. O senhor André de Jesus propõe o diálogo entre o laboratório da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e o Ministério da Cultura. Lembrou também que existem vários pontos de cultura que funcionam naquela região, que poderiam atuar de forma conjunta com os laboratórios. Sugeriu também que fosse pensada uma forma de comunicação da situação da universidade que faz a gestão dessas políticas públicas. A senhora Gabriela Silveira lembrou que já foi pleiteada pelo colegiado a realização do fórum e o MinC ainda não atendeu essa demanda. O senhor Glauber Machado sugeriu que o MinC dê apoio ao colegiado estados, municípios e entidades sobre o Colegiado Setorial de Arte Digital. Acha importante que o Ministério aproveite a estrutura do setorial para dar o suporte à informação e visitas aos estados, levando o conhecimento da área a eles. O senhor Caio Cesaro apresentou aos presentes a estrutura da Secretaria do Audiovisual. Ao ser questionada sobre o acesso ao portal do CNPC, a servidora Juliana Nepomuceno explicou que está sendo desenvolvida plataforma que dará acesso aos colegiados. Quanto ao material dentro da plataforma, estão sendo recebidos documentos dos setoriais e após o desenvolvimento da plataforma será oferecida capacitação. Recomendou, por fim, que fosse feita a solicitação para o email do CNPC e para realizar uma nova atualização. Gabriela Silveira informou que já solicitou que o material divulgado no blog do colegiado no culturadigital.br/artedigital seja migrado para a plataforma do CNPC e pediu também o acesso – login e senhas – à plataforma. Maria Stela falou da importância de registro e preservação na plataforma, que deve ter mais visibilidade e questionou sobre os nomes dos representantes públicos no colegiado. Caio Cesaro informou que irá disponibilizar todos os nomes ao setorial e encerrou às 12h20min a reunião na parte matutina.

Com o retorno aos trabalhos às 14h20min, a senhora Lina Távora propôs, com base nas demandas expostas, a produção de uma carta de apresentação do colegiado como certificado de reconhecimento e chancela do Ministério da Cultura, para que seja encaminhada aos eventos e facilite a participação do colegiados nos principais eventos da área. Para isso, destacou-se necessária um mapeamento dos eventos como foco de articulação. O senhor Philipe Michel sugeriu como primeira ação para 2017 uma análise de como o colegiado pode se articular em cada estado. O senhor Caio Cesaro sugeriu que as cartas sejam encaminhadas aos secretários de cultura estaduais, defendeu a realização de uma chamada pública para mapeamento dos eventos de arte digital. A senhora Lina Távora mencionou dois editais previstos para 2017, voltados para o público jovem na área de cinema, curtas-metragens, web series e criação de canais na internet. Senhora Márcia Battistella interviu manifestando que, como coordenadora de projeto de jovens talentos,

sente a falta de estímulo do poder público para a produção de games e que muitas vezes estes jovens talentos não necessitam de grandes recursos, e sim de estímulos, justificando a importância de dar visibilidade à área. O senhor Caio Cesaro sugeriu definição de escopo para um possível edital. A partir do levantamento inicial, será possível verificar orçamento e viabilidade para a sua realização. A senhora Gabriela Silveira sugeriu mencionar nos editais já previstos para 2017 a expressão de arte digital dentro das manifestações que existem nesses projetos. O senhor André reforçou que as representações regionais devem estar mais abertas para o diálogo. A senhora Lina Távora e o senhor Caio Cesaro falaram sobre o projeto da revista Filme Cultura que está sendo retomado pela SAv. Contaram o histórico da revista e sobre o tema da próxima edição: Infância, Cinema e Futuro, informando que as inscrições estão abertas a todos que tiverem interesse em participar com textos e artigos. Caio Cesaro, em seguida, apresentou o tema da IV Conferência Nacional de Cultura: "Cultura como vetor de desenvolvimento social e econômico no Brasil", e esclareceu que a orientação da coordenação do CNPC era discutir cada eixo proposto e analisar a necessidade de alteração, supressão ou complementação do texto, a partir da leitura por todo o colegiado. O senhor Glauber Machado iniciou com a leitura do eixo 1 – 'Economia da cultura e novas tecnologias'. O senhor Philipe Michel defendeu que as novas tecnologias abrangem muito mais modelos e o texto apresentou uma ideia reduzida. André de Jesus apontou a falta de conceitos dentro do texto, deixando-o vago. Caio Cesaro explicou que as descrições contidas nos textos se apresentam como ponto de partida para a discussão do tema, com direcionamento pré-estabelecido e propôs leitura individual do material apresentado por volta de quinze minutos para uma posterior discussão. Passado o tempo previsto e voltando-se à discussão do texto, a senhora Maria Stela identificou inconsistências, as quais levariam mais de meia hora para serem discutidos. A senhora Gabriela Silveira concluiu que o eixo 4 - 'Democracia, cidadania e diversidade' e o eixo 5 - 'Política cultural, gestão e capacitação' eram os mais polêmicos a serem discutidos. O senhor Caio Cesaro agradeceu a participação dos presentes e deu por finalizada a reunião. Em seguida, todos os participantes foram encaminhados ao décimo segundo andar deste edifício para a participação de um coffee break promovido pela organização do CNPC, findando os trabalhos às 16h30min deste dia, da qual eu, Patrízia Veloso Rodrigues, servidora do Ministério da Cultura, lavrei a presente ata.

Brasília, 22 de novembro de 2016.